



UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



1

**NOVAS ESTRATEGICAS DE COMBATE A POBREZA:  
educando para o conformismo**

**Vânia Cardoso da Motta\***

RESUMO

Nos anos finais da década de 1990 as elites dominantes e organismos multilaterais realizaram diversos encontros para definirem novas estratégias políticas de combate à pobreza, resultando nas “políticas de desenvolvimento do milênio”, elaboradas em 2000. Tais políticas são compreendidas como um marco da crise da ideologia neoliberal, uma vez que introduzem novos ajustes estruturais e conceitos necessários para dar coerência ao atual estágio do capitalismo globalizado, que se revelou no limiar da virada para o novo milênio immanentemente problemático pelas conseqüências sociais que deflagra.

Palavras-Chave: pobreza, capital social, desenvolvimento sustentável, privação das capacidades, conformismo.

ABSTRACT

During the last years of the nineties' decade, the dominant elites and multilateral organisms accomplished several meetings to define new political strategies of poverty combat, resulting in the "Developing Policies of the Millenium", reported in 2000. Such policies are known as a mark of the Neoliberal Ideology crises since they introduce new structural adjustments and concepts needed to give coherence to the global capitalism stage nowadays, which was revealed in the edge of the new millenium crossing essentially problematic by social consequences that breaks out.

Keywords: Poverty, Social Capital, Sustainable Development, Capacities Privation, Conformism

## 1 INTRODUÇÃO

Chega-se ao final do século XX e as perspectivas de crescimento e riqueza frente às fabulosas possibilidades produtivas com o advento das novas bases tecnológicas se afundam num abismo de desigualdades entre as camadas sociais e entre as nações. “O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica na nova era” (Hobsbawm, 2003:395). A pobreza aumenta de forma intensa e extensivamente. Até mesmo os países mais ricos e mais produtivos do

---

\* Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Teoria e Política Social, orientação de Prof. Carlos Nelson Coutinho

mundo capitalista desenvolvido se viram novamente tendo de se acostumar

com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia (Idem).

Diante desta realidade, é provocante retomarmos as observações de Marx (1977) sobre a sociedade industrial nascente de sua época.

Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém-descobertas se convertem, por artes de um estranho malefício, em fontes de privações (pp.298-299).

Na virada do século o aprofundamento da pobreza rouba a cena e torna-se o principal foco de políticas sociais das agências multilaterais. Para o Banco Mundial:

a pobreza em meio à abundância é o maior desafio que o mundo enfrenta” e declara ter assumido a missão de combater a pobreza “com paixão e profissionalismo, colocando essa luta no centro de todas as suas atividades” (BID, 2003:19).

O que se pretende no âmbito desta comunicação é pontuar que entre as políticas públicas dos anos 1980-1990 e a do novo milênio, esta expressa pelas políticas de combate à pobreza que insere os “Objetivos do Milênio” (ONU, 2000), houve mudanças conceituais visando a amenizar os custos sociais resultantes das políticas neoliberais implementadas nos países dependentes pelo FMI e Banco Mundial.

### **1.1 “No fim do século da barbárie, o rei está nu”**

Aos nossos olhos, se os anos finais da década de 1980 foram marcados pelo amadurecimento e expansão mundial do capital sob as bases da ideologia neoliberal, a década de 1990 revelou que a ideologia do livre mercado está em crise. A partir dos anos 1990, abre-se um fosso entre as camadas mais pobres e ricas da população das nações mais pobres, entre países ricos e pobres e entre regiões; a pobreza reaparece em segmentos sociais dos países mais ricos e desenvolvidos, de forma mais intensificada. Um novo mapa *mundi* econômico foi sendo configurado onde se pode localizar “zonas de

pobreza”,<sup>1</sup> sejam em países centrais ou de periferia sejam em regiões inteiras.

O modelo econômico de livre mercado tão propagado pela sua capacidade de acumulação de riquezas, certos de que haveria um progresso econômico e, finalmente, este se “derramaria” para o conjunto da população e chegaria aos setores mais pobres – “teoria do derrame” -, não cumpriu a sua “promessa” de benefícios globais (Stiglitz, 2003)<sup>2</sup>. Após uma década de difusão e de implementação da ideologia neoliberal, na “fé” pela “Liberdade Econômica”,<sup>3</sup> constata-se que, contraditoriamente, *“a liberalização (dos mercados) não é, em geral, acompanhada do crescimento prometido, mas de mais miséria ainda”* (Idem, p.44).

Hobsbawm (2000) coloca que o pressuposto da ideologia neoliberal de que o livre mercado otimiza o crescimento e a riqueza no mundo, pode ser até possível, mas dizer que este mecanismo leva à melhor distribuição da riqueza, ele tem suas dúvidas. Para o autor, *“o argumento de que os recursos são distribuídos de uma maneira ótima pelo máximo crescimento capitalista nunca foram convincentes. Mesmo Adam Smith acreditava que havia coisas que o mercado não poderia ou não deveria regular”* (p.79).

Diante desse quadro, “intelectuais orgânicos do capital” e alguns veementes defensores do livre mercado começam a elaborar críticas em relação à forma pela qual o FMI implementou as estratégias de abertura do mercado nos países dependentes e a buscar saídas para amenizar suas conseqüências.

Kliksberg (2002)<sup>4</sup> observa que no cenário mundial do final do século XX, constata-se, de um lado, os enormes progressos alcançados no campo do conhecimento *“gerando modelos conceituais renovados para se compreender os fenômenos”*; avanços nos campos das telecomunicações, na microeletrônica e na biotecnologia, nas ciências dos materiais (máquinas-ferramentas), na informática e na robótica, entre outros, que estão *“transformando as matrizes produtivas básicas”* e criando possibilidades de expansão e multiplicação rápida de produção de bens e serviços; a expansão de *“sistemas de base*

---

<sup>1</sup> Explica Limoeiro-Cardoso (2000) que a idéia de “zonas de pobreza” é associada à situação de exclusão de segmentos sociais da expansão do capital. E que compreender a pobreza a partir da “análise do empírico imediato” e da “descrição mais espacial do que temporal”, desviando “a atenção para os chocantes ‘dados’ da miséria e da indigência”, acaba por ocultar o processo histórico que insere essa temática.

<sup>2</sup> Joseph E. Stiglitz foi Prêmio Nobel de Economia de 2001, trabalhou no Conselho de Consultores Econômicos durante o governo Clinton e atuou no Banco Mundial no período entre 1997-2000, como economista-chefe e vice-presidente sênior.

<sup>3</sup> Fundação Heritage e Wall Street Journal: *Índice de Liberdade Econômica*.

<sup>4</sup> Bernardo Kliksberg foi coordenador do Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do BID e Diretor do Projeto da ONU para a América Latina de Modernização do Estado e Gerência Social. É assessor de diversos organismos internacionais, entre eles a OIT, OEA e Unesco.

*democráticas, onde a população pode escolher seus representantes*” e a constituição de “*formas novas e mais ativas de organização da sociedade civil*”, que passa a exigir uma participação mais ampla da população “*nos esquemas de tomada de decisões*”. Por outro lado, constata-se também o “*aumento acentuado do número de pobres*”; “*extensos processos de aumento do desemprego e de degradação da qualidade dos empregos disponíveis*” (pp. 11-13).

Schwartz (2002), ironizando o movimento de “auto-crítica” dos intelectuais dos principais organismos multilaterais sobre os fracassos de suas orientações de políticas macroeconômicas para os países dependentes, elabora a seguinte frase: “*No fim do século da barbárie, o rei está nu*” (p.07).

Nesse contexto de críticas e auto-críticas, organismos multilaterais concluem que essa “nova” pobreza deve ser ‘combatida’ e as orientações macroeconômicas para o desenvolvimento de matrizes “ortodoxas” devem ser suplantadas e uma outra matriz de orientação econômica, “mais humana”, deve ser difundida. Sob a ameaça de um possível rompimento da coesão social, considera-se que é preciso construir novas alternativas políticas, de “bases ideológicas diferenciadas”, para conter o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais.

Em 1995, realizou-se a “primeira cúpula mundial sobre o desenvolvimento social”, em um encontro denominado “Cúpula Mundial de Copenhague”, onde se reuniram vários chefes de Estado e representantes de agências multilaterais. Os alvos do programa de ação determinados pelos países membros foram: a pobreza, o emprego e a integração social (Mestrum, In: Amin e Houtart, 2003, p.242).

Na época desse encontro em Copenhague, o tema pobreza já fazia parte da agenda do G7 e do Fórum Econômico Mundial em Davos. Na mesma ocasião o FMI substituiu a proposta denominada de “*Facilidade de Ajuste Estrutural*” (FAE), que era oferecida aos países dependentes nos anos finais de 1980 e início dos anos 1990, por uma outra chamada de “*Facilidade para o Crescimento e Redução da Pobreza*” (FCRP). Nesta, os países interessados em tais empréstimos e “facilidades” oferecidas na proposta deveriam se comprometer em desenvolver políticas de redução da dívida e apresentar um “*Plano Estratégico de Luta contra a Pobreza*”. Nesse mesmo contexto, a ONU lançou, em 1997, uma série de campanhas na luta contra a pobreza, inserida num programa que foi

denominado de “*Primeira Década das Nações Unidas para a eliminação da pobreza*” (Idem, pp. 242-243).<sup>5</sup>

É importante destacar que esse movimento de encontros para se buscar alternativas políticas (por tanto também ideológica)<sup>6</sup> de “distribuição dos benefícios do crescimento econômico” e de conter as mazelas sociais advindas de orientações macroeconômicas de matriz “convencional”, se realiza concomitante a uma onda de protestos contra as políticas de globalização, e que fora se expandindo e se fortalecendo mundialmente no decorrer dos anos. Para Stiglitz, os problemas não são novos, a novidade é que essas manifestações e protestos contra as políticas e as ações das instituições que representam a globalização está acontecendo nos países desenvolvidos. Segundo ele:

Durante décadas, os brados das populações miseráveis da África e dos países em desenvolvimento em outras partes do mundo foram quase totalmente ignorados pelo Ocidente”. (...) “foram os sindicatos trabalhistas, os estudantes, os ambientalistas, as donas de casa – cidadãos comuns -, marchando nas ruas de Praga, Seattle, Washington e Gênova, que mostraram a necessidade de uma reforma na pauta do mundo desenvolvido (pp.35-36).

Neste contexto, é fortalecida a idéia entre os principais organismos multilaterais de que a tensão que decorre do quadro de aumento da pobreza e de altos níveis de desigualdade nesse final de século está relacionada à governabilidade; tal quadro afeta duramente a “tão almejada governabilidade” das sociedades democráticas, colocando em risco a coesão social. O Banco Mundial recomenda que se tenha prudência com as medidas econômicas que inserem um determinado modelo de crescimento econômico.<sup>7</sup> Não só estabilidade econômica, mas fundamentalmente estabilidade política passa a ser a nova orientação de políticas públicas: “***la estabilidad financiera no es posible sin estabilidad política***. (Kliksberg, 2000, p.27, grifo nosso).

---

<sup>5</sup> Cabe observar, ainda, que a Unicef já tinha lançado nos anos 1980 “uma ofensiva contra as conseqüências sociais negativas dos programas de ajuste estrutural” que eram impulsionados pelas organizações financeiras internacionais, denunciando as restrições impostas aos países pobres, que acarretaram na redução das despesas sociais, e pregando a idéia de um “ajuste com feições humanas” (Mestrum, In: Amin e Houtart, 2003:242).

<sup>6</sup> Na concepção de Gramsci (1999): “*é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar a resolver problemas imediatos e restritos*”. Cadernos do Cárcere, V.1, CC.10, 1999.

<sup>7</sup> A preocupação com a pobreza enquanto elemento de tensão nas relações internacionais já fez parte da agenda do Banco Mundial nas definições de políticas para os países dependentes, na gestão de Robert McNamara (1967). Sua gestão enfatizava a segurança internacional focada na pobreza, e pedia prudência em relação às definições de políticas econômicas, pois a pobreza podia “infectar e erodir todo o tecido social”.

Como resultante dessas preocupações definem-se, em 2000, as “políticas de desenvolvimento do milênio”. Chefes de Estado e de governo de 189 países, inclusive do Brasil, além de diversas agências multilaterais, se reuniram, em Nova York, num encontro denominado de “Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas”, e assumiram o compromisso de eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta, até 2015. Estas vão compor as novas bases conceituais de ajustes superestruturais necessários à conservação da produção e reprodução do capitalismo globalizado e para a manutenção da hegemonia neoliberal.

## 1.2 As bases ideológicas das políticas de desenvolvimento do milênio

O padrão de desenvolvimento econômico imposto a partir dos anos 1970, que combina crescimento e desemprego, provocou mudanças substanciais nos níveis de emprego e de remuneração, na organização do capital e do trabalho, que resultou na precarização do trabalho, no aumento da pobreza, do desemprego e do subemprego: *revelou-se no limiar da virada para o novo milênio immanentemente problemático pelas conseqüências sociais que deflagra*. Assim, para que a nova divisão internacional do trabalho se realize com êxito demandam-se outros mecanismos de intervenção extra-econômicos, necessários à produção e reprodução do capital.

Nos anos 1990, era através da teoria do capital humano e das ideologias da empregabilidade, meritocracia, equidade, igualdade de oportunidades que se buscava dar coerência às políticas macroeconômicas. Em vista da realidade que desponta essas ideologias já não estavam cumprindo tal função. Com isso, para o novo milênio novos conceitos são introduzidos: *capital social, governabilidade, solidariedade, confiança, privação de capacidades, igualdade de escolha, desenvolvimento sustentável*.

As bases da reestruturação produtiva - globalização e livre mercado - são mantidas e concebidas como irreversíveis, mas o papel do Estado sofre alguns ajustes, uma vez que se chega à conclusão de que o fracasso econômico das medidas neoliberais dos anos 1990 foi provocado pelas fracas bases institucionais dos países pobres e não pelas orientações contidas no Consenso de Washington. A concepção de Estado-mínimo difundida pela ideologia neoliberal, agora, é concebida como *falta de capacidade institucional dos países, principalmente os mais pobres, em administrar a “questão social”, ou melhor, os “problemas sociais”*.

Deve-se ressaltar que a pobreza dos anos 1980-1990 já não era mais vista como uma ameaça à propagação do comunismo e nem condicionada ao desenvolvimento da nação. As políticas sociais desse período eram compensatórias e focalizadas, de forma a aliviar a pobreza (Fonseca, 1996; Leher, 1998) e direcionadas para a equidade, no sentido de igualdade de oportunidades. O Estado deveria “administrar a pobreza” estimulando o acesso à educação, nutrição e saúde, de forma que todos estivessem na mesma linha de partida, cujo resultado iria depender do esforço de cada um. A existência e persistência da pobreza pautavam-se na incapacidade cultural de o indivíduo atingir um padrão de consumo e de renda mínimos. Segundo o “Esquema de Ação de Combate à Pobreza” do Relatório de 1990 do Banco Mundial, as políticas sociais de “alívio” à pobreza devem ser voltadas para o investimento no capital humano dos pobres; para a ampliação da prestação de serviços sociais, sejam públicos, privados ou público-privados; além de constituir um padrão de crescimento por meio do uso eficiente e intensivo dessa mão-de-obra (desqualificada).

No entanto, no decorrer da difusão e implementação das políticas sociais e macroeconômicas neoliberais o que se verificou foi que a “luta contra a pobreza” implicou no desmantelamento das proteções sociais conquistadas e o investimento no capital humano dos pobres e o uso intensivo da mão-de-obra abundante, porém desqualificada, não foram fatores nem de crescimento e nem de redução da pobreza. Contraditoriamente ao que foi difundido – equidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de capital humano como saídas para a redução da pobreza - o que se constatou foi um intenso e extenso aumento da desigualdade e da pobreza.

Segundo o Banco Mundial (2004), “as lições dos programas de ajuste da década de 1980”, com a promessa que não foi cumprida, e o fim da Guerra Fria, “removeu as vendas dos olhos dos países doadores (Estados Unidos e seus aliados), que eles próprios haviam colocado” para evitar investigações sobre os “fracassos de governança”. Sem uma ameaça ideológica houve a possibilidade de as teorias econômicas, políticas e sociais impulsionarem o pensamento sobre desenvolvimento, ao “*vincular as noções de crescimento econômico, distribuição e redução da pobreza*” (pp.03-15).

Segue um trecho do relatório:

Os últimos 10 anos presenciaram uma mudança radical no pensamento e na prática do desenvolvimento. Compreendemos melhor o conceito de pobreza e a dinâmica da redução da pobreza. E nossa compreensão tornou-se mais pragmática, conduzida não por dogmas, mas pelas realidades dos países. Essa mudança no pensamento do desenvolvimento mudou os mecanismos de ajuda do Banco Mundial e do FMI e da comunidade de doadores como um todo (p.15, grifo nosso).

Em síntese, são as seguintes mudanças no pensamento:

*Governança* - é necessário melhorar a qualidade institucional para garantir a estabilidade política e econômica, garantir os direitos de propriedade e contrato, fornecer suficientemente bens públicos e limitar a predação e a corrupção dos governos. E isso exige que se estabeleça uma boa governança, no sentido de implementar ações públicas descentralizadas, participativas e, fundamentalmente, sensíveis às necessidades dos pobres; *Economia multidimensional* – com base na concepção de economia de Amartya Sen, que estabelece uma relação entre economia e ética e introduz a idéia de pluralismo metodológico neste campo. A Economia nesta perspectiva vai buscar responder e propor soluções para os problemas da pobreza e das desigualdades sociais, através do que eles denominam de “*perspectivas integradoras de variáveis múltiplas*”, que captam a complexidade da realidade exigindo que se integrem as dimensões políticas e culturais e fortalecem a abordagem de “economia do desenvolvimento micro”. A concepção de Economia de Sen vai “iluminar” o “apelo” de superar os enfoques reducionistas do pensamento econômico convencional; *Desenvolvimento sustentável* - a abordagem do desenvolvimento sustentável defende a idéia de que o crescimento econômico de um país deve estar reciprocamente atrelado ao desenvolvimento social, a fim de obter taxas de crescimento mais altas. “O princípio central de uma nova política social, em vez de compensar os efeitos da lógica econômica, deve ser a de concebê-la como indispensável ao desenvolvimento econômico” (Klikberg, 2000:27). Nessa perspectiva analítica, o desenvolvimento social é vital para que ocorra o desenvolvimento econômico sustentado. Esta tese vai se apresentar como uma alternativa ao “modelo do derrame”; *Privação de capacidades* - A idéia de desenvolvimento sustentável provocou, também, a “ampliação” do conceito de pobreza. A idéia de pobreza não é mais restrita à questão da renda, ela passa a incorporar outras dimensões sociais, engloba as “privações” nos acessos aos “ativos sociais”: educação, saúde, participação social e política, segurança, entre outros (BIRD,2000:03). A pobreza, nessa perspectiva analítica sob a influência direta dos conceitos desenvolvidos por Sen, é vista como “privação de capacidades”. É neste sentido que o Estado deve exercer uma função mais “ativa” (Banco Mundial), “inteligente” (Klikberg, 2002), estabelecendo um mecanismo de cooperação entre governo, força trabalhista e empresários, uma relação social “sem inimigos” (Giddens, 2005), objetivando estabelecer uma ação conjunta para fortalecer o mercado e com isso oportunizar a redução dessas privações. Em 2000, o Banco Mundial elabora o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta contra a Pobreza*, cujos objetivos são: “ampliar o conhecimento sobre a

pobreza e suas causas e estabelecer ações para criar um mundo sem pobreza em todas as suas dimensões” (p.19). Nesse sentido sua equipe afirma: “*Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como fatores sociais e as forças culturais*” (p.12); *Capital social* - a teoria do “capital social”<sup>8</sup> defende a idéia de que, na atual conjuntura, o enfrentamento da “questão social” e a superação da “crise do Estado” para o desenvolvimento econômico e social de um país, só são possíveis considerando a necessidade de se desenvolver *um tipo de comportamento social de cooperação e confiança entre os indivíduos, as comunidades e as instituições*, que se daria através da *disseminação de valores de solidariedade, de sentimento de prosperidade e de coesão social, da “cultura cívica”*, visando à ampliação das oportunidades de gerar capital, integrando capital financeiro e material com o capital social, tornando a dimensão econômica mais humana. O tema “capital social”, segundo o técnico da CEPAL Sunkel (2003), entrou no debate acadêmico promovido pelas agências internacionais, tendo em vista o reconhecimento do potencial do “capital social” em relação às possibilidades trazidas por este “novo paradigma” de habilitar setores pobres a participarem e beneficiarem-se do processo de desenvolvimento.

Estes novos conceitos que dão sustentação epistemológica às estratégias de combate à pobreza para o desenvolvimento do novo milênio requerem para a sua aplicação, segundo os próprios formuladores, um processo educativo das camadas mais pobres, de forma que sejam capacitadas a participarem dos benefícios do mundo globalizado.<sup>9</sup> Sem aprofundar o caráter ideológico e hegemônico que insere tais políticas no âmbito deste texto, cabe ressaltar que tais políticas estabelecem o marco da crise neoliberal no final dos anos 1990 e configuram um processo hegemônico no qual, para além de garantir o consenso da classe subalterna para a implementação das novas determinações do capitalismo mundializado, busca-se instaurar o “*conformismo social*”<sup>10</sup>, sedimentar a

---

<sup>8</sup> A obra de Robert Putnam **Comunidade e Democracia: o Desenvolvimento da Itália Moderna** (1993) é considerada um clássico na teoria do capital social.

<sup>9</sup> Em dezembro de 2002, a Assembléia Geral das Nações Unidas, proclama a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014*, através da Resolução nº57/254. E a UNESCO é incumbida de traçar as diretrizes da *Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)*, em consonância com os marcos referenciais que fundamentam os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

<sup>10</sup> A categoria “conformismo social” é tratada por Gramsci no Caderno 13, parágrafo 7: “*Questão do ‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’: Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (Cadernos do Cárcere.V.3.C.13, 2000:23).*”

“*vontade do conformismo*” no seio da própria sociedade civil, isto é “**educar para o conformismo**”

## 2 CONCLUSÃO

N'O Capital Marx (2002) observa que acumular riqueza é ao mesmo tempo acumular miséria, trabalho degradante, ignorância, brutalização e degradação moral (Livro 1, Vol.2, p.749). Exatamente o que se testemunha neste início do novo milênio.

Partindo do entendimento de que o enfrentamento da pobreza se dá na dinâmica de poder que insere a “questão social”, conclui-se que este enfrentamento se dá com lutas e não com conformismo. Não se deve esquecer que o avanço do neoliberalismo na perspectiva de desenvolvimento sustentável do milênio está condicionado ao movimento das correlações de forças externas e internas, o que demanda um processo contra-hegemônico por parte das forças sociais comprometidas com a transformação social e a construção de um projeto societário nacional-popular. Compreende-se que as condições atuais não se põem favoráveis à construção de um projeto de sociedade democrática de massa, contudo, é preciso combinar o *pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade* (Gramsci).

## REFERÊNCIAS

BIRD – Banco Mundial. **Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Banco Mundial, Washington, DC, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. **O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza** (volume 1: resumo relatório). Março de 2001.

\_\_\_\_\_. **Globalização, crescimento e pobreza**. São Paulo/SP: Futura, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Redução da Pobreza: reflexão e perspectiva** (preparado para as reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). Outubro de 2004.

FONSECA, Marília. *O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional*. In: Tommasi, Warde, Haddad (Org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez, 1998.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da**

*social-democracia*. 5ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V.1. Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. V.3. Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. 4ª reimpressão. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª edição, 27ª reimpressão. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo & TOMASSINI, Luciano. **Capital Social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina: BID, 2000.

\_\_\_\_\_. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez, 2002 (Coleção Questões de Nossa Época; v.64).

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza”**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/SP, 1998.

MARX, Karl. “Discurso pronunciado na festa de aniversário do ‘People’s Paper’”, no dia 14 de abril de 1856; jornal cartista que se publicava em Londres, entre 1852 e 1858. In: Marx e Engels, **Textos**, vol.3, São Paulo/SP: Edições Sociais, 1977 (pp.298-299).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. 18ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2002.

MESTRUM, Francine. “A luta contra a pobreza: utilidade pública de um discurso na nova ordem mundial”. In: AMIN, Samir e HOUTART, François (Orgs). **Mundialização das resistências: o estado das lutas**. São Paulo/SP: Cortez, 2003 (pp.241-158).

SCHWARTZ, Gilson. Prefácio. In: SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo/SP: Boitempo, 2002.

STIGLITZ, J.E. **A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. 4ª ed. São Paulo/SP: Futura, 2003.

SUNKEL, Guillermo. “La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas”. In: ATRIA, Raúl, SILES, Marcelo, ARRIAGADA, Irma, ROBINSON, Lindon J. & WHITERFORD, Scott (comps.), **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de um nuevo paradigma**. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe-University of Michigan Press. Enero/2003. Livro nº 71.